

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A. Toulama

Class.: _____

34

Data: 25/11/80

Pg.: _____

Tribunal Russel elege Juruna para presidente

ROTTERDAM (Holanda) – O chefe xavante Mário Juruna foi eleito presidente do júri do Tribunal Russel dos Direitos dos Índios, que manteve ontem sua primeira reunião, a qual foi assistida por índios de 15 países.

Como Juruna não recebeu permissão do Governo brasileiro para viajar para o exterior, assumiu interinamente a presidência do júri o antropólogo mexicano Guillermo Battala.

Na sessão de ontem, índios da Colômbia e do Peru falaram sobre a repressão aos movimentos indígenas em seus países. Somente no final da semana o júri apresentará seu parecer sobre as denúncias. Hoje o Tribunal Russel vai estar dedicado ao Brasil.

Paralelamente porque a procuradoria-geral da República ainda não ofereceu parecer, o Tribunal Federal de recursos só julgará quinta-feira o "habeas corpus" e o mandado de segurança, impetrados pelos advogados Jorge Bejo e Caio Lustosa, em favor do cacique xavante Mário Juruna.

Na semana passada ele perdeu por 15 a sete a medida liminar que permitiria seu deslocamento do País até o julgamento do "habeas corpus". Só ontem o ministro Mário Andreazza, apontado como a autoridade coatora, encaminhou ao TFR as informações necessárias a instrução do julgamento. À tarde, os processos foram encaminhados a procuradoria-geral da República, que deverá apresentar parecer até quarta-feira.

O ministro do Interior, Mário Andreazza, indeferiu, ontem, através de despacho, o pedido de retorno do professor Darcy Ribeiro, ao cargo efetivo de etnólogo da Funai.

Ao explicar, no despacho, a decisão, o ministro afirma que o requerente, vem através da imprensa e em reuniões, inclusive, internacionais, se manifestando de forma a desaconselhar o seu retorno a atividade, sendo pública e notória a sua posição de contestação veemente, crítica destemperada e referências agressivas e injuriosas aos dirigentes da fundação, a cujo quadro funcional pretende retornar.

Em decorrência desses fatos – acrescenta o ministro – está em curso notificação judicial do dirigente da Funai contra o requerente, como providência preliminar a apuração de sua responsabilidade penal por difamação, calúnia e injúria".

Para o indigenista Orlando Vilas-Boas, a decisão do Supremo Tribunal Federal que confirmou a negativa da Funai em autorizar a viagem do cacique Juruna à Holanda foi acertada, porque o congresso a que ele pretendia assistir naquele país não é oficial. Lamentou o episódio, mas manifestou a opinião de que realmente não existia dispositivos legais que amparassem a concessão do "habeas corpus" requerido.

"De qualquer forma, é uma pena que isso tenha acontecido. Acho, que doravante, a Funai deve encarar a participação dos índios nesses congressos fora do Brasil com maior carinho, porque precisamos nos ajustar internacionalmente aos seus problemas.

DOCUMENTO

Por outro lado, missionários do Brasil, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela que participaram de encontro ecumênico destinado a examinar a situação dos povos indígenas da Amazônia divulgaram ontem documento em que "reconhecem e deploram séculos de convivência da igreja missionária com os colonizadores" bem como, frisaram que está havendo uma "tomada de consciência de que a fidelidade ao Evangelho exige uma opção radical em favor dos índios, que são povos indefesos e explorados".

Entre os religiosos da Igreja Católica Brasileira presentes ao encontro esteve o bispo de São Félix do Araguaia, d. Pedro Casaldáliga, que durante a missa de encerramento da reunião leu mensagem aos povos indígenas da Amazônia condenando o que chamou de "a hipocrisia com que os governos dos países da Amazônia – por vezes com o aplauso inconsciente ou egoísta dos povos – em nome da Pátria, da Segurança Nacional e do progresso, estabelecem leis, constroem estradas e implantam projetos contrários aos direitos e as necessidades vitais dos índios.

No documento final do encontro, os missionários dizem que o colonialismo europeu, "responsável por séculos de genocídio, hoje foi substituído pelo neocolonialismo", representando "pelas grandes empresas monopolistas, nacionais e transnacionais, em aliança com os governos locais, dispondo de uma tecnologia muito mais eficiente e destruidora".